

# HISTÓRIA CULTURAL E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA\*

## *Cultural History and Brazilian Historiography*

Ronaldo Vainfas\*\*

### RESUMO

O artigo traça visão panorâmica da abordagem cultural na historiografia brasileira, com ênfase na bibliografia produzida nos últimos trinta anos. Analisa os debates conceituais acerca da história cultural no Brasil e suas relações com a história das mentalidades francesa e a micro-história italiana.

*Palavras-chave:* história cultural; micro-história; história das mentalidades.

### ABSTRACT

The article offers a panoramic view of the cultural approach in the Brazilian historiography, stressing the bibliography published during the last thirty years. It analyses the conceptual debates on the Cultural history in Brazil related to the French history of the mentalities and the Italian micro-analysis.

*Key-words:* cultural history; micro-analysis; history of the mentalities.

O tema desta conferência, história cultural e *historiografia brasileira*, sugere, desde logo, uma reflexão sobre a historiografia recente, a historiografia produzida nos últimos vinte anos nos Programas de Pós-Graduação espalhados pelo Brasil. Refiro-me a uma historiografia muito inspirada, ainda que com relativo atraso, na historiografia francesa das mentalidades, que passou a se difundir entre nós a partir de fins da década de 1970. Ou na historiografia inspirada nas vertentes mais críticas da

\* Conferência de abertura do Evento “História: Questões & Debates 25 Anos” – Auditório Homero de Barros, Edifício Dom Pedro I, Universidade Federal do Paraná, 16 de novembro de 2005.

\*\* Professor Titular de História Moderna da UFF. Pesquisador I-A do CNPq.

história das mentalidades, a exemplo da história cultural italiana de Carlo Ginzburg ou Giovanni Levi, autores que praticamente fundaram a micro-história. Ou, ainda, na historiografia derivada da obra de Roger Chartier, este um tanto ligado à tradição dos *Annales*, embora crítico a uma história social totalizante em favor das representações. Ou, enfim, na historiografia ligada à história sociocultural britânica, especialmente em E.P. Thompson, cuja trajetória pouco tem a ver com as vertentes acima, sendo da corrente marxista que procurou dimensionar a luta de classes e os movimentos sociais no campo da cultura.

É desta historiografia brasileira inspirada nestes modelos que vou tratar neste texto. Numa palavra: da historiografia brasileira que foi identificada como a “nova história” que se passou a praticar no Brasil nas últimas décadas do século XX. *Nova história* que, como expressão, aparecia muito mais no vocabulário de seus críticos do que era assumida pelos então jovens historiadores que passaram estudar as mentalidades, as sexualidades, as religiosidades ou as circularidades culturais. Voltarei a este ponto no devido tempo.

Mas, antes de prosseguir, é preciso reconhecer que a problemática relacionada à cultura em nossa historiografia, seja qual for o significado que se empreste ao termo *cultura*, há muito ocupa a nossa historiografia, para não falar dos memorialistas ou folcloristas do século XIX. Couto de Magalhães, Silvio Romero, Mello Moraes Filho, só para citar alguns, embora preocupados com as dificuldades do Brasil em erigir uma verdadeira civilização nos trópicos, além de desconfiados de nosso povo mestiço, deram contribuição inestimável para o resgate da poesia e festas populares de várias regiões. Mário de Andrade, modernista, faria o mesmo, décadas depois, com as tradições da congada, hoje tão valorizadas pelos historiadores profissionais.

No campo da historiografia propriamente dita, impossível não lembrar as pistas abertas pelo alemão Karl von Martius que, nos anos 1840, ganhou o concurso promovido pelo IHGB com seu texto sobre “Como escrever a história do Brasil”. É verdade que von Martius valorizou, como chave explicativa, a fusão das raças, e não de culturas, enfatizando muitíssimo a contribuição portuguesa e subestimando a africana. Mas este naturalista sem dúvida plantou semente mais tarde regada pelos historiadores, sociólogos e antropólogos, a começar por Gilberto Freyre.

No mesmo século XIX, apesar de ser a obra de Varnhagen – lusófila – o emblema de nossa historiografia oficial, inúmeros autores se dedicaram a estudar os povos indígenas – e não só na perspectiva racial, vale dizer. Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e muitos outros valorizaram este segundo elemento de nossa formação, como proposto por von Martius, empenhados em buscar nossas originalidades em face da herança portuguesa. O próprio Varnhagen, aliás, apesar de considerar que os índios do Brasil não tinham história e só eram passíveis de estudos etnológicos, dedicou capítulos preciosos, em termos de informação etnográfica, à cultura dos índios tupi na sua *História Geral do Brasil (1854-1857)*.

Não seria exagero, portanto, dizer que nossos historiadores do século XIX, ainda que não o fossem de ofício, salvo raras exceções, deram contribuições importantes no campo da cultura brasileira, investigando inúmeros aspectos da sua diversidade em perspectiva histórica.

Para o século XX, valho-me, para prosseguir nesta perspectiva genealógica, de um artigo de Laura de Mello e Souza intitulado “Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial”, publicado em 1998, no qual a autora esboça uma periodização dos estudos sobre o que chama de história da cultura no Brasil<sup>1</sup>.

Identifica uma primeira fase que define como a dos “ensaios formativos”, entre 1907 e 1936, inaugurada pelos *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu. Nela, Laura inclui, entre outros, o *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado (1927), *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado (1929), e, sobretudo, *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933) e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936). Seria esta a etapa dos precursores.

Uma segunda fase seria a que a autora percebe como a de “delimitação do objeto história da cultura”, de 1945 a 1959, entre o livro clássico de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* (1943) e *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Cândido (1959). Mas é sobre a vasta obra de Sérgio Buarque de Holanda que nossa autora concentra o foco, desde *Monções* (1945), passando por *Caminhos e fronteiras* (1957) e terminando com *Visão do Paraíso* (1959).

1 MELLO E SOUZA, Laura de. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Rio de Janeiro: Contexto, 1998, p. 17-38.

A terceira fase a autora caracteriza como uma espécie de “transição entre a história da cultura e a história das mentalidades”, delimitada entre 1967 e 1986. É uma fase descrita de maneira mais dispersiva, realçando alguns autores ou livros que teriam dado os primeiros passos no rumo da história das mentalidades, tomada como meta desta história cultural em nossa historiografia. Nela aparecem alguns textos de Maria Beatriz Nizza da Silva, publicados na década de 1970, bem como o clássico de Anita Novinsky, *Cristãos novos na Bahia* (1972). Mas a ênfase recai na vasta obra de Evaldo Cabral de Mello, entre *Olinda restaurada*, de 1975, e *O nome o sangue*, de 1989.

A fase seguinte é sobre a historiografia contemporânea dedicada ao período colonial – a historiografia da década de 1990 – e pela simples periodização se pode perceber que a *história da cultura no Brasil se consolidou*, segundo Laura de Mello e Souza, *enquanto história das mentalidades*.

Trata-se de texto geral, sem chegar a ser balanço exaustivo, cuja maior virtude é mostrar que a preocupação dos historiadores ou autores brasileiros com a cultura vem de longe, não sendo, como é óbvio, novidade da pesquisa universitária mais recente. Mas é texto que por vezes embaralha a delimitação do objeto que nos interessa apresentar nesta palestra, a começar pelo próprio conceito de cultura nele presente. Laura não se propõe a definir o conceito – nem eu, muito menos, o farei aqui – mas não deixa de aludir à noção de cultura como “jaula flexível” de Carlo Ginzburg, ou “teia de significados”, de Clifford Geertz, para fazer o seu balanço e periodização. Autores e perspectivas muito diferentes, é certo, mas que *apontam para um conceito de história da cultura como história antropológica*. E é mesmo neste território que a autora se move, ao pensar os esboços e avanços de uma história da cultura na historiografia sobre a Colônia, realçando a obra de Sérgio Buarque dos anos 1940-1950 ou a de Gilberto Freyre. Neste texto, não resta dúvida de que a história da cultura esboçada no início do século XX por Capistrano só se consolidaria décadas depois com a história das mentalidades praticada no Brasil. Uma história das mentalidades entendida principalmente como história antropológica.

Não estou totalmente de acordo com esta periodização e tenho dúvidas, para dizer o mínimo, sobre se a história das mentalidades seria

mesmo um ponto de chegada da história da cultura<sup>2</sup>. Não é minha intenção, porém, polemizar sobre quais autores selecionar ou em que períodos se pode dividir as fases da história da cultura produzida no Brasil. Mas já que a questão está posta, valeria identificar, na medida do possível, que tipo de tradição bibliográfica tratou, no passado, de temas que a historiografia contemporânea hoje frequenta largamente e discutir se as abordagens desta mesma bibliografia antiga se fazem hoje presentes de algum modo.

Dos *Capítulos de História Colonial*, de mestre Capistrano, pouquíssima coisa se poderia extrair em termos de história da cultura, exceto o que está no último capítulo, “Três séculos depois”. Nele, de fato, Capistrano ao menos enuncia o que pretendia demonstrar com mais substância, mas não demonstrou, ao longo de seus capítulos: a configuração de um Brasil esgarçado, territorialmente fragmentado, regiões incomunicáveis, incipiência das forças de coesão, nenhum sentimento nacional, sequer “capitaneal”. Uma tese contrária, portanto, à de Varnhagen, porque detratora da colonização portuguesa, enquanto o visconde de Porto Seguro sempre a elogiou. Mas foi em meio a este capítulo que Capistrano traçou um quadro de *diversos Brasís*, em particular no tocante aos usos e costumes regionais: o da pecuária sulina, o da pecuária sertaneja, o do litoral agrário, o da região amazônica, o do interior mineiro. Um rascunho de história da cultura material é o que vemos no derradeiro capítulo de Capistrano. No mais, é um livro desigual, com alguns capítulos muito canônicos da história do Brasil à moda de Varnhagen, embora sem as mesmas evidências factuais, e outros monográficos, com boas pistas para se pensar não a colonização portuguesa, mas as diversas sociedades coloniais. Nisto reside a importância e posterior monumentalização da obra. Capistrano sem dúvida mudou o foco da historiografia sobre a Colônia. Mas, como livro de história da cultura, os *Capítulos* de Capistrano deixam muito a desejar.

*Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, Laura viu como “obra híbrida de tradição e inovação” e houve quem visse o autor como “um militante precoce e assistemático da escola que mais tarde seria consagrada como história das mentalidades”<sup>3</sup>. A meu ver, nem precoce, nem assistemático.

2 Desenvolvi o assunto em História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-164.

3 CALIL, Carlos Augusto. *Introdução ao retrato do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 12.

Paulo Prado publicou seu *Retrato* em 1927 sem conhecer sequer os primeiros estudos de Febvre e Bloch, aliás desconhecendo mesmo a historiografia da época. O que conhecia de história vinha-lhe principalmente da obra de Capistrano, de quem herdou os conhecimentos e o pessimismo com o Brasil. Não por acaso, o *Retrato* tem por subtítulo “Ensaio sobre a tristeza brasileira” e traz por epígrafe um trecho de certa carta de Capistrano onde este diz que o jaburu era a ave que simbolizava o Brasil. Estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas e passava o dia com uma perna cruzada sobre a outra: “Triste, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza”. É neste tom, temperado de forte moralismo – “jesuitismo exagerado”, nas palavras de Gilberto Freyre –, que Paulo Prado constrói seu livro de quatro capítulos: luxúria, cobiça, tristeza, romantismo. É um libelo que deplora a formação histórica do Brasil sem poupar os portugueses, índios e negros. A única inovação substantiva está na linguagem solta, quase tão libérrima como a que Freyre usaria pouco depois em *Casa-Grande & Senzala*.

Alcântara Machado, sim, no seu *Vida e morte do bandeirante* (1929), talvez no rastro das pistas que Capistrano abria no último de seus *Capítulos*, lançou-se ao estudo do cotidiano dos moradores de São Paulo nos séculos XVII e XVIII. Livro mais descritivo que analítico, descortina, porém, a rudeza dos hábitos, a pobreza das moradias, utensílios e vestimentas, chega mesmo a vislumbrar os sentimentos destes pioneiros na fronteira de Piratininga. Explorou ao máximo os *Inventários e Testamentos* mandados publicar por Washington Luís, em 1920, e traçou panorama vasto sobre a vida humilde dos bandeirantes. Alcântara Machado superou o *Raça de gigantes* (1924), de Alfredo Ellis Jr., e reconstruiu a história dos bandeirantes longe da epopeia. O Sérgio Buarque de *Caminhos e fronteiras* seguiria esta pista, com mais densidade analítica. Mas nem um e nem outro dos livros citados preconiza, a rigor, qualquer tipo de história das *mentalidades*.

Já que menciono Sérgio Buarque, talvez o maior historiador brasileiro, é evidente que seu livro pioneiro, *Raízes do Brasil*, trata da cultura brasileira. De uma cultura brasileira herdada da cultura ibérica – que o autor por sinal deplora, nela vendo a matriz de nosso arcaísmo. Mas se trata de um livro de ensaios que, como bem observou Antônio Cândido, pensou o Brasil a partir dos tipos ideais weberianos, conceitual aplicado à nossa realidade a partir da erudição do próprio autor e de suas leituras da historiografia alemã, inclusive Leopold von Ranke. Pouca influência dos

historiadores franceses dos começos dos *Annales* se faz presente na obra. Nenhum deles aparece citado.

Se isto vale para o *Raízes*, vale também para obra muito posterior de Sérgio Buarque, o tão citado – mas ainda pouco lido – *Visão do Paraíso*. Por se debruçar sobre os mitos edênicos veiculados na crônica dos descobrimentos e colonização – que nosso autor percebe muito mais nos castelhanos que nos portugueses –, não faltou quem visse no livro uma espécie de história das mentalidades *avant la lettre*.

Mas é juízo muito discutível. A rivalizar com a pálida presença de franceses entre os autores citados na obra de Sérgio Buarque, e superando-a de longe, estariam a filosofia, a sociologia e a historiografia alemãs, como bem apontou Maria Odila da Silva Dias num ensaio de 1985<sup>4</sup>. Sérgio Buarque acreditava na possibilidade de certo conhecimento objetivo do passado, não obstante considerasse o historiador “um observador participante dos valores de outras épocas”, além de sempre destacar “a arbitrariedade peculiar ao processo de cognição”.

Em *Visão do Paraíso*, o diálogo forte é com a obra de Ernst Curtius, *Literatura europeia e Idade Média latina*, publicado em 1948. Sérgio Buarque é explícito quanto à importância de Curtius em seu livro, ao escrever o prefácio da segunda edição, em 1968. Importância visível no recurso a uma *tópica* capaz de articular a pesquisa de textos literários com a investigação propriamente histórica, razão pela qual Sérgio Buarque definiu literalmente seu livro como a “biografia de uma idéia”. Sérgio Buarque manteve diálogos importantes, neste livro, com alguns historiadores do século XIX, a exemplo de Jacob Burckhardt, autor do clássico *A civilização da Renascença Italiana*, obra de 1864, de quem, no entanto, discordou num ponto central, a saber, quanto à existência de uma fratura radical entre a Idade Média e o Renascimento. E também muito forte é o diálogo com o italiano Arturo Graf, autor de livro de *Mitos, lendas e superstições na Idade Média*, publicado em 1886. Livro que trata exatamente do tema de *Visão do Paraíso* em outro contexto. Também neste caso é difícil pensar Sérgio Buarque como nosso precursor das mentalidades, exceto pelo tratamento

4 DIAS, Maria Odila da S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática, 1985.

de temas inscritos no que hoje chamaríamos de imaginário. Mas é pouca evidência para estabelecer conexões tão fortes<sup>5</sup>.

Um pouco mais precursor, se é que tal expressão faz sentido, foi o Gilberto Freyre de *Casa-Grande & Senzala*. Precursor na linguagem, precursor no tratamento de temas-tabu, como as sexualidades, tratadas sem constrangimento e até com sofreguidão; precursor no rastreamento das religiosidades cotidianas, dos usos e costumes da casa-grande, da culinária, das afetividades.

Precursor ao enfrentar as barreiras da raciologia cientificista que dominava o pensamento brasileiro desde o século XIX e propor a fusão de brancos, índios e negros também no plano das culturas em contato. Influência da antropologia de Frans Boas, de quem fora aluno nos anos 1920. Freyre realmente quase antecipa, neste passo, a problemática das mestiçagens culturais, hoje tão em voga na pesquisa histórica das sociedades coloniais<sup>6</sup>.

Mas o livro de Gilberto Freyre propôs-se, antes de tudo, a repensar a formação histórica do Brasil em perspectiva a mais ampla possível, nela enxergando a família patriarcal e a escravidão como elementos formadores. A casa-grande, metáfora do Brasil, é o cenário onde se opera a miscigenação a um só tempo racial e cultural, por ele positivada, numa convergência de contributos que não elimina, porém, as hierarquias e violências da escravidão – ao contrário do que deste livro diriam os críticos nas décadas de 1960-1970.

Estamos, assim, para seguir as referências de Laura no artigo que mencionei, diante de autores fundamentais para se compreender a historiografia brasileira que dedicou alguma atenção aos aspectos culturais de nossa formação histórica. Nenhum deles, porém, exceto por alguns temas ou subtemas, pode ser considerado precursor da historiografia que foi a campo na década de 1980. A perspectiva era distinta, porque estes clássicos, também de tempos e contextos variados, queriam pensar o Brasil – passado, presente, futuro – e não fazer pesquisa monográfica de teses. As matrizes

5 Abordei o assunto em Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais. In: CÂNDIDO, Antônio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 49-58.

6 O melhor livro para o estudo da formação intelectual de Gilberto Freyre é o de BURKE, Maria Lúcia Palhares. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: UNESP, 2005.



teóricas eram também distintas, seja quanto à historiografia utilizada, seja quanto à perspectiva antropológica. De modo que dizer que tanto Freyre como os historiadores atuais da cultura praticam uma história antropológica é dizer muito pouco.

Mas não é ocioso lembrar que autores como Freyre e mesmo Sérgio Buarque andaram um tanto eclipsados entre as décadas de 1950 e 1980. Gilberto Freyre muito mais que Sérgio Buarque, por causa de suas posições a favor do golpe de 1964, no plano interno, e do salazarismo colonialista, no plano internacional. Sua obra pagou o preço de suas posições no meio universitário.

De todo modo, estes nossos autores clássicos ficaram algum tempo esquecidos no meado do século passado. Do mesmo modo, a historiografia das mentalidades, e sua sucedânea, a história cultural, custou a aparecer em nosso meio.

E nesta altura, a palestra muda um pouco de tom e mistura análise historiográfica com depoimento. Afinal, desde os anos 1950-60, e sobretudo nos anos 1970, com a difusão de cursos de pós-graduação, a produção historiográfica brasileira esteve, de certo modo, hegemonizada pelo marxismo, ou pelas várias correntes marxistas – não vale a pena aqui seguir por este atalho. As grandes referências eram, antes de tudo, o *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. (1942), um pouco o Nelson Werneck Sodré de *Formação Histórica do Brasil* (1967), outro tanto o *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, que se não chegava a ser marxista, ofereceu interpretação de nossa história econômica que se afinava, em muitos pontos, com a dos marxistas. Estas obras de síntese compunham o pano de fundo de diversos estudos e discussões, atravessando os anos 1960 e alcançando a década seguinte. O fundamental era, então, fazer uma história que buscasse as raízes socioeconômicas de nosso atraso, subdesenvolvimento ou dependência do imperialismo, em especial o norte-americano. Uma história engajada, portanto, uma história militante. Uma síntese importante do final da década de 1950, *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro, reeditada e atualizada em 1974, não alcançaria o mesmo prestígio nos cursos e livros de história, pelo seu corte weberiano, embora fosse bastante crítica à continuidade do estamento burocrático na história do Brasil.

Nos anos 1970, tempo de regime militar consolidado, tempo em que os cursos de história das universidades públicas faziam as vezes de oposição consentida ao regime e implantavam, silenciosamente, seus cursos de pós-graduação, as referências e preocupações se mesclaram a certas novidades, sem contudo abrirem a pesquisa às correntes que revolucionavam a historiografia europeia, sobretudo na França. Entre nós, pelo menos duas questões passaram a predominar nos debates e pesquisas.

Em primeiro lugar, os estudos sobre o período republicano começariam sua ascensão, o que só faria crescer nas décadas seguintes – e hoje não tenho dúvida em dizer que as teses e dissertações sobre o período alcançam mais de 70% em todos os programas do país. Carlos Fico e Ronald Polito fizeram interessante levantamento a este respeito, mostrando que, já na década de 1980, os estudos sobre o Brasil Republicano alcançavam 60% das teses contra menos de 20% dedicados ao Brasil Colonial<sup>7</sup>. Na década de 1970, esta tendência se esboçou principalmente a partir dos estudos sobre o movimento operário desenvolvidos na UNICAMP, um pouco na USP, que se irradiaram pelo Rio de Janeiro. Pode-se mesmo dizer que o *movimento operário* se tornou um “modismo” no meio acadêmico dos historiadores, de resto sintonizado com a reorganização do sindicalismo independente que a fundação do PT, em 1980, só faria confirmar. A rivalizar com os estudos sobre o movimento operário, diversas pesquisas sobre militares, política e Estado, em geral produzidos por cientistas políticos, mas com forte perspectiva histórica. Não deixava de ser, de todo modo, uma história engajada, diria mesmo que integrante de um forte movimento de opinião cada vez mais crítico ao regime militar, sobretudo na segunda metade dos anos 1970.

Em segundo lugar, nos estudos sobre o período colonial, que conheço melhor, os anos 1970 assistiram ao debate em torno da escravidão e do sistema colonial. Foi o tempo em que se pôs em xeque, entre nós, o modelo de sistema colonial de Caio Prado Jr. – o “sentido da colonização” – divulgado por Fernando Novais no *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial* – o célebre Caderno 17 do CEBRAP (1975) – que depois seria transformado no capítulo segundo de sua tese de doutorado. Um modelo

<sup>7</sup> FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

que, para resumir, priorizava o sentido externo da acumulação gerada pela exploração colonial e pensava a escravidão como determinada pela lógica do sistema mercantil.

Tal modelo foi posto em xeque por uma alternativa igualmente marxista, porém defensora de certo “purismo” teórico em relação à obra de Marx. Refiro-me à teoria dos *modos de produção coloniais*, difundida no Brasil por Ciro Cardoso em diversos artigos, no início dos anos 1970, e aplicada ao Brasil, com forte viés stalinista, por Jacob Gorender, no seu *Escravidão colonial*, de 1978. Um modelo que buscava pensar a originalidade de nossas estruturas coloniais em função da lógica interna dos modos de produção aqui gerados, percebendo na escravidão dinâmicas que não se reduziam do capital comercial, embora dele dependessem. Também aqui uma história engajada, ao menos teoricamente, na medida em que fortemente ancorada no marxismo, e num marxismo economicista.

Mas vale frisar, como curiosidade, uma diferença importante entre os defensores do *modo de produção colonial*. Enquanto Gorender era antigo militante de esquerda, e seu modelo de escravidão colonial era parte de uma autocrítica em relação aos paradigmas oficiais de seu partido, como a tese feudal de Sodré, Ciro Cardoso sempre fez questão de apresentar suas teorias como alternativas não contaminadas pelas estratégias partidárias de esquerda, e, portanto, mais credíveis teoricamente. O *modo de produção colonial* de Ciro Cardoso, segundo ele mesmo, não se deixava influenciar pelos que julgavam necessário encontrar uma etapa feudal em nossa história, para justificar uma revolução burguesa que antecederia a socialista; nem se deixava impressionar pela tese de que o Brasil fora capitalista desde as origens, sendo caso de se apressar, como em Cuba, a revolução socialista. Neste caso, tratava-se de uma proposta marxista que se pretendia *pura*, invulnerável a quaisquer estratégias político-partidárias. Marxismo não militante.

Neste panorama que venho de resumir muito ligeiramente, o espaço para a *história das mentalidades* em nossa pesquisa historiográfica era quase nulo. Tanto é que a precoce tradução, por sinal muito mal feita, em 1976, do *Faire de l'Histoire*, publicada em 1974 por Jacques Le Goff e Pierre Nora, praticamente não teve ressonância senão muito mais tarde. Composto de artigos muito desiguais sobre os novos temas, objetos e abordagens da chamada “Nova história” dos franceses, o livro certamente continha um

artigo importante, embora evasivo, de Le Goff, intitulado “As mentalidades: uma história ambígua”. Mas, a despeito do relativo desdém que este e outros textos “teóricos” sobre as mentalidades revelavam pela discussão conceitual de fôlego, preferindo ancorar-se em metáforas e jogos retóricos – e pagaram caro pela desfaçatez –, a produção deste campo de estudos foi vigorosíssima desde fins da década de 1960. Mas não encontrou receptividade no Brasil, senão nos anos 1980 e, mesmo assim, no final da década.

Quando trato de história das mentalidades, refiro-me a diversos livros produzidos entre os anos 1960 e 1980 que pouco a pouco vieram a ser traduzidos e divulgados no Brasil, a começar pelo *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*, de Robert Mandrou, publicado em 1968 com grande êxito, traduzido pela Perspectiva em 1979, mas só realmente valorizado entre nós no meado da década de 1980. A lista de livros franceses das mentalidades posteriormente traduzida no Brasil seria extensíssima, na verdade, de modo que só darei alguns exemplos: os livros de Ariès sobre infância ou morte; os de Jean-Louis Flandrin sobre sexualidades na Idade Média e Época Moderna; os de Georges Duby sobre imaginário do feudalismo, condição feminina e mentalidades medievais; os de Le Goff, como *O nascimento do Purgatório*; o de Le Roy Ladurie sobre Montaillou, original de 1975; os de Jean Delumeau sobre religiosidades e mentalidades, a exemplo de *O medo no Ocidente*, original de 1978, tradução brasileira de 1989. O mesmo se pode dizer sobre os estudos de Michel Foucault, alguns traduzidos já na década de 1970, outros na seguinte, sobre a loucura, a sexualidade, as prisões, etc., livros que passaram a ser adotados e discutidos antes nos cursos de Ciências Sociais ou Psicologia do que nos de História.

Se a produção historiográfica francesa das mentalidades custava a penetrar no meio historiográfico brasileiro, isto vale ainda mais para a historiografia britânica dedicada à história cultural. Refiro-me aqui à vertente histórico-antropológica de inspiração marxista presente no Christopher Hill de *O mundo de ponta-cabeça* ou nos estudos de Thompson sobre a formação da classe operária inglesa. E praticamente nada se conhecia, no Brasil, da obra de Carlo Ginzburg, seja a pioneira de 1966 sobre os “andarilhos do bem” no Friuli do século XVI, esta ainda herdeira do conceito de mentalidades, seja o célebre *O queijo e os vermes*, de 1976.

O ambiente intelectual ou mais propriamente ideológico que envolvia a produção historiográfica brasileira, cada vez mais atrelado à

produção universitária, embarreirava ou bloqueava o diálogo com estas correntes que nem sequer eram novidades, pois estavam, algumas delas, plenamente consolidadas em seus centros originais. Foi com o avanço da pós-graduação, de um lado, e a crise do regime militar, de outro, que a pesquisa histórica no Brasil pouco a pouco se abriu a estes novos campos. A queda do muro de Berlim, em 1989, completa o quadro, libertando a pesquisa histórica brasileira dos patrulhamentos esquerdistas. O arejamento do ambiente universitário, enfim livre dos compromissos políticos de combate ao regime de exceção e, de quebra, livre das patrulhas ideológicas, teve peso decisivo nesta inflexão historiográfica.

E à medida que, ao longo da década de 1980, foram aparecendo os trabalhos claramente inseridos nesta “Nova história”, logo apareceram os críticos de plantão, à semelhança do ocorrido outrora em outros países, a França inclusive. Uma crítica que acusava os “novos historiadores” de se renderem a “modismos estrangeiros”, de contribuírem, no âmbito nacional, para a pulverização e fragmentação da história, de renunciarem à questão central da luta de classes e do capitalismo em favor de temas irrelevantes e minúsculos que não punham em xeque a ordem mundial dominante, sendo, por isto, reacionários.

Não por acaso, dois autores que se haviam destacado, nos anos 1970 e inícios dos 1980, pelas esgrimas em favor do *modo de produção colonial*, lançaram sua fúria contra esta “Nova História” que parecia avançar no Brasil. Jacob Gorender publicou, em 1990, o seu polêmico *A escravidão reabilitada*, voltada para um balanço da historiografia produzida na década de 1980 sobre o tema, sobretudo a propósito do Centenário da Abolição<sup>8</sup>. Condenou com eloquência a influência da nova história francesa em nossos historiadores, por esta incitar, com seus estudos sobre o imaginário, “o fragmentário, o extravagante, o antiteórico, na verdade o anti-histórico”. E ainda se lastimava ao constatar que “o que vinha de Paris” coincidia com o que “irrompeu em Londres”, isto é, o culturalismo de Thompson. Gorender condenava a “nova história brasileira” – se me permitem a expressão, esta sim meio extravagante – por enfatizar os pactos entre senhores e escravos, buscando várias faces do contratualismo presentes mesmo numa relação opressiva como a escravista e diversas outras dimensões que a pesquisa

8 GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

universitária vinha apresentando no estudo desta grande temática. Não é de estranhar que Gorender tenha enxergado, neste revisionismo, a conjugação das influências externas com o reacionarismo interno, no caso a exumação da obra de Gilberto Freyre e de seu modelo de uma escravidão harmoniosa e adocicada. O tom geral foi, assim, o de condenação dos chamados novos paradigmas não marxistas, pouco marxistas ou mesmo antimarxistas, embora restrita aos estudos sobre a escravidão.

Ciro Cardoso, por sua vez, lançou sua crítica mais frontal em texto teórico publicado em *Ensaios racionalistas*, de 1988, dedicado a uma reflexão mais geral sobre o declínio de uma historiografia totalizante, presente tanto no marxismo como na história social dos Annales até 1969. Decadência dos Annales, recuo no marxismo, assim começa o texto – queixoso – que evolui para a condenação total da chamada “nova história”, de cuja novidade, aliás, duvida. Giro Cardoso foi, de todo modo, enfático, quando escreveu que “a história nova, dividida em compartimentos mais ou menos estanques, despolitizada pela negação da efetividade das revoluções sociais e pelo deslocamento do interesse para temas inócuos e politicamente desmobilizadores”, a exemplo das mobilizações feministas, ecologistas ou do movimento gay, incomodam muito menos do que as manifestações e lutas que ponham em jogo a essência do poder político, o capital, a propriedade privada. “Trata-se de uma tendência – afirma o autor – basicamente reacionária”<sup>9</sup>.

A que tendência “reacionária” se referia Giro Cardoso, em 1988, no caso da historiografia brasileira? Giro ali não explicita esta face do alvo, mas é certo que se referia principalmente aos estudos sobre o Brasil Colonial publicados na década de 1980 ou, quando menos, às pesquisas em andamento, cujos resultados parciais, publicados em artigos, prenunciavam a inflexão por ele lastimada. E não é de surpreender que o período colonial tenha sido o domínio de nossa história privilegiado nesta mudança historiográfica.

Em primeiro lugar porque a história das mentalidades dos anos 1970-1980 ou a história cultural das décadas seguintes foi e tem sido frequentada principalmente pelos historiadores dedicados à Idade Média e

<sup>9</sup> CARDOSO, Giro. Uma Nova História? In: *Ensaios racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p.100.

à Época Moderna. Coincidência cronológica, portanto, ou quando menos de assuntos, modos de viver e sentir, como diria Marc Bloch. Parentescos temáticos na pesquisa: as religiosidades, as sexualidades, a vida cotidiana em tempo de Renascimento e Reforma. Forte tentação para comparar, inventariando semelhanças e diferenças, detectando influências europeias no trópico, a herança ibérica de que falava Sérgio Buarque em *Raízes*. Península ibérica, fronteira da Europa; Américas ibéricas, fronteiras da fronteira.

Em segundo lugar, já que falo em Sérgio Buarque, os novos estudos sobre o período colonial redescobriram questões ou temas presentes nesta bibliografia clássica que os tempos do marxismo economicista haviam ocultado ou adormecido. Heranças culturais ibéricas, africanidades, indianidades, hibridismos. Laura de Mello e Souza tem toda a razão neste ponto ao rastrear, na nossa bibliografia antiga, o que chama de “ensaios formativos” de nossa historiografia da cultura.

Vale sublinhar, portanto, o interessante contraste entre o declínio relativo dos estudos sobre o período colonial, comparado ao índice de pesquisas universitárias sobre a República, e seu efetivo aumento de número e, sobretudo, de visibilidade.

A historiografia que trouxe à luz estas novas tendências foi, portanto, a relacionada ao Brasil Colonial. No artigo de Laura que mencionei, a autora alude a diversos livros, alguns de minha autoria, outros de Luiz Mott, estudos mais recentes de Plínio Gomes e Ronald Raminelli, etc. Do seu próprio livro, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, Laura fala *en passant*, embora reconheça ao menos que utilizou “creio que pela primeira vez entre nós, diz Laura, os processos do Santo Ofício para estudar as práticas mágico-religiosas nos três primeiros séculos de nossa história”. Neste livro inaugural, Laura fez mesmo isto, mas foi muito além. Foi o livro que, publicado em 1986, pôs em cena o melhor da bibliografia francesa das mentalidades – Mandrou, Le Goff – dialogou com a obra de Keith Thomas sobre a feitiçaria na Inglaterra; sobretudo dimensionou o conflito entre religião oficial – tridentina, jesuítica, inquisitorial – e as crenças populares nos termos em que Carlo Ginzburg concebeu o conflito entre Menocchio e a Inquisição italiana no século XVI. Um conflito entre a visão de mundo camponesa, tradicional, transmitida oralmente, e a visão de mundo letrada, austera, dogmática. Conflito de classes e conflito de culturas, a um só tempo, no qual Menocchio ficaria no meio, como intermediário cultural ou protagonista de circularidades.

No veio aberto pelo livro de Laura de Mello e Souza vieram outros e mais outros nos anos 1980 e 1990. Os meus próprios *Trópico dos pecados* e *A heresia dos índios*. Os diversos trabalhos de Luiz Mott, e nem tanto os textos sobre os homossexuais do passado, senão o *Rosa Egipcíaca, uma santa negra no Brasil*. O trabalho de Mary del Priore, *Ao sul do corpo*, livro sobre a condição feminina e maternidade no Brasil colonial, primeiro livro de sua vastíssima produção neste campo. A tese ainda inédita de Lana Lage, *A confissão pelo avesso*, pesquisa sobre os padres que seduziam mulheres (e homens) nos confessionários coloniais. O livro de Plínio Gomes, *Um herege vai ao paraíso*, pesquisa sobre o processo de mais de mil fôlios contra Pedro e Rattes Henequim, homem que defendeu, de forma temerária, que o paraíso ficava em Minas, que o fruto do pecado original era a banana; que a Virgem era andrógina; que os anjos tinham sexo. Morreu queimado no século XVIII.

Se fosse aqui inventariar e comentar as obras de pesquisa original sobre o período colonial que mesclaram, na própria concepção, as mentalidades à moda francesa, a história cultural de Ginzburg, e nossa tradição historiográfica de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre, esta conferência não teria fim.

Para romper o tédio e voltar à polêmica, relembro que toda esta produção foi alvo de muitas críticas nos seus inícios. E um dos motes mais frequentados neste imbróglio foi a micro-história. O curioso é que tanto os que acusavam os “novos historiadores” de praticá-la, como os próprios “novos historiadores” não sabiam ao certo do que falavam ao se referir à micro-história.

De micro-história mesmo são poucos os exemplos em nossa historiografia. Para citar apenas dois da historiografia colonial, citaria os já citados livros de Luiz Mott sobre a Rosa Egipcíaca e o de Plínio Gomes sobre Henequim. Mas o mais incrível é que, embora a micro-história tenha tardado a se difundir entre nós, e ainda hoje esteja só nos primeiros passos, ela ocupou o centro ou a periferia de vários debates na década de 1980, justamente quando começaram a se difundir no Brasil, primeiro, as traduções de obras francesas, italianas e inglesas no campo da história cultural – ou das mentalidades, no caso francês. E, segundo, porque dela se falava quando apenas começavam a se difundir as próprias pesquisas neste campo, a partir das teses de pós-graduação, sobretudo em história colonial.



Volto a dar depoimento, lembrando matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em 24 de setembro de 1988, intitulada, “As mudanças silenciosas”, que tratava exatamente das mudanças por que nossa historiografia estava passando. A matéria era sobre a difusão da Nova História no Brasil e entrevistaram jovens historiadores que praticavam a tal “nova história” e outros que a criticavam. Os críticos da “Nova História” se referiam à micro-história como o exemplo mais completo do pior que se podia fazer em história, sublinhando a pulverização do objeto, a narrativa descompromissada, e houve até quem dissesse que a micro-história não estava baseada em pesquisa. De outro lado, muitos que publicavam livros identificados como sendo da “Nova História” negavam que fizessem micro-história, assumindo, de certo modo, que se era micro era má.

Um total desacerto, um debate de surdos. O mais curioso, embora patético, é que a imensa maioria dos debatedores – historiadores, portanto – não sabia do que estava falando. Tratavam história cultural e história das mentalidades como sinônimos, desconhecendo completamente que a chamada *nova história cultural*, em todas as suas modulações, era um caminho cada vez mais trilhado nos anos 1980 para superar as imprecisões e ambiguidades teóricas da história das mentalidades francesa. E esta confusão vale não só para os críticos das novas correntes como para os mesmos praticantes dela, que muitas vezes anunciavam seus trabalhos inserindo-os na história das mentalidades ou na história cultural, como se tudo desse no mesmo.

A segunda confusão era entre mentalidades, história cultural e micro-história. Neste caso, a confusão era alimentada pelos adversários da chamada Nova História, empenhados em condenar os “novos temas”, a sexualidade, a feitiçaria, o cotidiano, inspirados num paradigma marxista de tipo economicista. E os argumentos eram os que já mencionei, desde a alegação de que os estudiosos destes assuntos se refugiavam em “modismos” até a acusação de que faziam o “jogo da direita”.

O atraso de 10 ou 15 anos que marcou a difusão dessas correntes no Brasil foi, em grande parte, responsável por tais confusões, pois todas essas inovações da historiografia, principalmente europeia, chegaram juntas ou, pelo menos, se difundiram juntas nos anos 1980.

E assim prosseguiu o desacerto, com corrigendas progressivas de todos, embora muito lentas. Nestes primeiros anos do século XXI, os tais

historiadores da “Nova História” no Brasil aprenderam que a história das mentalidades é diferente da história cultural, uma e outra também muito diversificadas quanto aos enfoques teóricos, embora os temas sejam em grande parte comuns. Hoje sabem eles melhor o que faziam e o que estão fazendo. E também conhecem melhor as relações de suas pesquisas com os ensaios dos historiadores do passado. Historiadores que mais ofereceram temas e problemas para ulterior pesquisa monográfica no campo da história cultural do que preconizaram os novos campos de investigação. Por isto mesmo foram resgatados, malgrado posições políticas desastrosas, como no caso de Gilberto Freyre.

Os que criticavam, exasperados, os novos ventos de nossa historiografia abrandaram o tom. Na introdução de *Domínios da História*, obra coletiva que Ciro e eu organizamos em 1997, Ciro situa a controvérsia teórica nos termos de um confronto entre paradigmas rivais: o iluminista e racionalista, que o autor vê em declínio progressivo desde os anos 1970, e o paradigma pós-moderno, tendente à fragmentação das totalidades explicativas, apegado à descrição e à narrativa de casos.

Neste texto, é certo que o autor ideologiza um pouco menos a polémica, embora não deixe de sugerir relações perigosas entre o pós-modernismo e o capitalismo mundial.

Mas esta é discussão que já frequentei em demasia nesta palestra. Não vale a pena retomá-la. Para concluir, diria em primeiro lugar, que os modismos fazem parte das culturas, inclusive da historiografia de diversas épocas. Foi moda pesquisar o movimento operário, entre nós, nos anos 1970, assim como virou moda pesquisar sexualidades ou religiosidades nos anos 1980. Não é caso de celebrar ou condenar esta ou aquela moda historiográfica, senão de contextualizá-la, de tentar explicar suas condições de produção no meio acadêmico, bem como sua maior ou menor capacidade de irradiação ou recepção. E, sobretudo, buscar extrair dos resultados concretos de cada pesquisa aquilo que nos ajuda a compreender melhor as várias faces de nossa história, sem preconceitos. Pois é certo que quando o debate historiográfico cai prisioneiro da ideologia, quem sai perdendo é a história. E, em segundo lugar, embora não aposte nesta linha de continuidade que Laura traça entre certas obras antigas e a história cultural hoje praticada nas universidades, não tenho dúvida de que o eco da chamada “Nova História” no Brasil só fez sentido porque parte de nossa bibliografia clássica deu muitas pistas para

o estudo de nosso passado colonial. Deixou inúmeros caminhos a serem percorridos, abriu temáticas, reinventou linguagens, superando o modelo Varnhagen de fazer e ensinar a nossa história a partir dos fatos institucionais. Neste ponto, não seria impróprio lembrar o sonho de Capistrano que, apesar de melancólico, desejava de coração conhecer o Brasil por dentro.